

AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE GÊNERO: ESPECTROS FEMINISTAS NOS PARLAMENTOS DE RUANDA E CANADÁ

GENDER AFFIRMATIVE POLICIES: FEMINIST SPECTRUMS IN THE PARLIAMENTS OF RWANDA AND CANADA

POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE GÊNERO: ESPECTROS FEMINISTAS EN LOS PARLAMENTOS DE RUANDA Y CANADÁ

Kimberlly Eduarda Dantas Xavier

E-mail: kimberlly.xavier@hotmail.com

Gleys Ially Ramos

E-mail: gleys.ramos@mail.uft.edu.br

ABSTRACT:

This research aimed to conduct a comparative analysis of the composition of women in the Parliaments of Rwanda and Canada, highlighting the relationship between gender affirmative policies and SDG 5 – Gender Equality of the 2030 Agenda. Considering distinct historical contexts, Rwanda, marked by the 1994 genocide, promoted national reconstruction with strong female inclusion, while Canada consolidated gender policies within a stable democracy. To achieve this, the study employed a literature review, mapping of Rwandan and Canadian authors, analysis of public policies, women’s movements, and institutional mechanisms, identifying strategies that expand women’s representation and address gender-based political violence. It was observed that in Rwanda, gender quotas and monitoring bodies resulted in 63.8% female representation in Parliament, while in Canada, programs such as Gender-Based Analysis Plus, combined with civil society organizations, reached 30.3%. The study also highlighted the marginalization of Global South authors compared to the visibility of Canadian authors, emphasizing the importance of valuing diverse intellectual contributions from the Global South, especially Africa. It concludes that advances in gender equality depend on the interplay between institutional policies, social mobilization, and recognition of knowledge produced by and for women.

KEYWORDS: Politics; Rwanda; Canada; Parliamentary Composition.

RESUMO:

Esta presente pesquisa objetivou realizar uma análise comparativa da composição de mulheres nos Parlamentos de Ruanda e Canadá, destacando a relação entre políticas afirmativas de gênero e o ODS 5 – Igualdade de Gênero da Agenda 2030. Considerando contextos históricos distintos, Ruanda, marcada pelo genocídio de 1994, promoveu a reconstrução nacional com forte inclusão feminina, enquanto o Canadá consolidou políticas de gênero em uma democracia estável. Para esta finalidade, a pesquisa utilizou revisão bibliográfica, mapeamento de autorias ruandesas e canadenses, análise de políticas públicas, movimentos de mulheres e mecanismos institucionais, identificando estratégias que ampliam a representação das mulheres e enfrentam a violência política de gênero. Neste sentido, observou-se que, em Ruanda, cotas de gênero e órgãos de monitoramento resultaram em 63,8% de representação feminina no Parlamento, e no Canadá, programas como Gender-Based Analysis Plus, aliados a organizações civis, alcançaram 30,3%. O estudo evidenciou ainda a marginalização das autoras do Sul Global, em contraste com a visibilidade das canadenses, ressaltando a importância de valorizar diferentes produções intelectuais advindas do Sul Global, especialmente do continente africano. Conclui-se que avanços em equidade de gênero dependem da articulação entre políticas institucionais, mobilização social e reconhecimento do conhecimento produzido por e para mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Política; Ruanda; Canadá; Composição Parlamentar

RESUMEN:

Esta investigación tuvo como objetivo realizar un análisis comparativo de la composición de mujeres en los Parlamentos de Ruanda y Canadá, destacando la relación entre las políticas afirmativas de género y el ODS 5 – Igualdad de Género de la Agenda 2030. Considerando

contextos históricos distintos, Ruanda, marcada por el genocidio de 1994, promovió la reconstrucción nacional con una fuerte inclusión femenina, mientras que Canadá consolidó políticas de género en una democracia estable. Para este propósito, la investigación utilizó revisión bibliográfica, mapeo de autorías ruandesas y canadienses, análisis de políticas públicas, movimientos de mujeres y mecanismos institucionales, identificando estrategias que amplían la representación de las mujeres y enfrentan la violencia política de género. En este sentido, se observó que, en Ruanda, las cuotas de género y los órganos de monitoreo resultaron en un 63,8% de representación femenina en el Parlamento, y en Canadá, programas como Gender-Based Analysis Plus, aliados a organizaciones civiles, alcanzaron un 30,3%. El estudio evidenció además la marginación de las autoras del Sur Global, en contraste con la visibilidad de las canadienses, resaltando la importancia de valorar distintas producciones intelectuales provenientes del Sur Global, especialmente del continente africano. Se concluye que los avances en la equidad de género dependen de la articulación entre políticas institucionales, la movilización social y el reconocimiento del conocimiento producido por y para las mujeres.

PALABRAS CLAVE: Política; Ruanda; Canadá; Composición Parlamentaria

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado do trabalho que foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq - Brasil) e visa realizar uma análise comparativa da composição de mulheres nos Parlamentos de Ruanda e Canadá e suas relações com a Agenda 2030 e o ODS 5 – Igualdade de Gênero. À luz de uma construção paulatina de políticas afirmativas de gênero, estes dois países têm priorizado a inserção das mulheres na arena política institucional, uma vez que essas ações contribuem para a criação e implementação de políticas públicas que abordem questões de gênero, como violência doméstica, direitos reprodutivos e igualdade salarial, em prol de uma política institucional equitativa.

As primeiras ideias desta pesquisa surgiram a partir da disciplina Mulheres, Diversidade e Feminismo (2022) no Curso de Relações Internacionais na Universidade Federal do Tocantins (UFT), ampliando o contato com debates feministas e políticas de gênero. Nesse contexto, participei como pesquisadora do Observatório Feminista (OUTRAS) para compreender a participação de mulheres na política e nos parlamentos. Dessa maneira, a escolha de Ruanda e Canadá para a análise se deu principalmente pelo intercâmbio do governo canadense, Emerging Leaders in the Americas Program (ELAP), que me possibilitou desenvolver uma pesquisa qualitativa de janeiro a maio deste ano na York University, em Toronto. A pesquisa, realizada na Escola de Gênero, Sexualidades e Mulheres, buscou analisar políticas públicas de combate à violência política de gênero no Brasil e no Canadá, sob perspectiva interseccional (raça, classe e gênero) e visando aumentar a participação feminina nos parlamentos. Para compreender melhor

ambos os países neste contexto do estudo, foi elaborado um panorama comparativo inicial entre Ruanda e Canadá.

No tocante ao debate, a República de Ruanda, localizada no leste da África, ao sul da linha do Equador, e com mais de 14 milhões de habitantes, destaca-se como o país com o maior índice de igualdade na representação feminina na política. Segundo o FMI (2024), o Produto Interno Bruto (PIB) do país é de 13,7 bilhões de dólares, ocupando a 35ª posição entre os países africanos, com destaque para cultivos destinados à exportação no setor agrícola.

Marcada por um histórico de genocídio étnico, golpes civis e processo de reconstrução nacional, Ruanda adota um sistema presidencialista de governo e possui a maior representação feminina em parlamentos do mundo. Em 2025, dados da União Interparlamentar (UIP) apontam que 63,8% dos assentos no parlamento nacional são ocupados por mulheres, 51 mulheres em 80 dos assentos, posicionando o país no topo do ranking global de participação política feminina. Esses números refletem o engajamento de mulheres na reconstrução econômica, social e democrática do país após os devastadores eventos do genocídio de 1994.

Ademais, à vista de uma análise comparativa do continente africano à América do Norte, o Canadá é uma federação composta por dez províncias e três territórios, sendo que atualmente possui mais de 39 milhões de habitantes. Sob um panorama geral, a economia canadense está enquadrada na 10ª maior economia do mundo com um PIB de 2,12 trilhões de dólares (FMI, 2023). Politicamente, o Canadá é uma monarquia parlamentarista com uma democracia representativa em um sistema federal. Em 2025, 104 dos 343 assentos no parlamento são ocupados por mulheres, o que representa 30,3% do total, e que coloca o Canadá em 71ª posição no ranking da União Interparlamentar.

Para compreender a importância da participação feminina nos parlamentos, é fundamental analisar o conceito de igualdade de gênero. A equidade política vai além da presença numérica de mulheres, exigindo mudanças estruturais que assegurem sua participação efetiva nas decisões políticas e sociais. Essa perspectiva é destacada pela cientista política Anne Phillips em *The Politics of Presence* (1998) e *Feminism and Politics* (1998), bem como no fragmento *De uma Política de Ideias a uma Política de Presença?* (2001).

Segundo Phillips (2001), é preciso diferenciar a representação descritiva (maior presença de mulheres em cargos políticos) da representação substantiva (políticas que efetivamente atendam aos interesses femininos), combinando ambas para alcançar equidade de gênero. Nesse sentido, as cotas de gênero surgem como mecanismo essencial para corrigir desigualdades estruturais, impactando tanto a esfera política quanto o cotidiano das mulheres.

Além disso, a violência política de gênero representa um obstáculo frequente à participação feminina nos parlamentos. Krook e Sanín (2016, p. 131) definem esse fenômeno

como ações que restringem ou condicionam a atuação política das mulheres por meio de agressões físicas, psicológicas ou sexuais, fundamentando-se na Lei 243 da Bolívia, na Constituição e em tratados internacionais de direitos humanos.

Considerando conceitos fundamentais dos estudos feministas sobre participação política, é essencial discutir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU na promoção da equidade de gênero. Entre eles, o ODS 5 – Igualdade de Gênero – visa “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, destacando-se a Meta 5.5, que orienta este trabalho ao propor “garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública” (ONU, 2024).

Ao analisar Ruanda e Canadá, observam-se diferenças no progresso do ODS 5. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Sustentável da ONU (2023), Ruanda está na categoria “Desafios significativos permanecem”, considerada mediana entre cinco níveis de cumprimento do ODS. Em 2022, o país registrou 60,2 no Índice ODS global, que mede o avanço total em relação aos 17 objetivos da Agenda 2030.

Ao mesmo tempo, leituras preliminares do trabalho de PIBIC indicam que, no Canadá (Ocidente), as políticas de gênero são mais evidentes do que em Ruanda (África). Diante disso, torna-se necessário construir um referencial teórico com obras ruandesas menos visibilizadas, destacando a produção histórica e intelectual das mulheres do país. Sendo assim, foram incluídas autoras como Sara E. Brown, Swanee Hunt, Scholastique Mukasonga, Yolande Mukagasana e Beata Umubyeyi Mairesse, com o objetivo de evidenciar tanto produções passadas quanto atuais, que contribuem para compreender a reconstrução política e estrutural do povo ruandês a partir de uma perspectiva feminina e feminista.

PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico deste trabalho foi marcado pela utilização da análise comparativa ao evidenciar as políticas afirmativas do Canadá e de Ruanda, a partir do levantamento das principais políticas e programas, movimentos de mulheres e mecanismos institucionais em ambos os países no que tange à promoção participativa de mulheres na política. Nesse sentido, a pesquisa de iniciação científica desenvolveu-se por meio do mapeamento de produções acadêmicas e literárias canadenses e ruandesas, com o objetivo de identificar como as mulheres são representadas na literatura e na bibliografia dos estudos de gênero.

Além disso, foram realizadas revisões bibliográficas acerca da participação e incidência de mulheres na política e em cargos parlamentares no Canadá e em Ruanda, com o objetivo de

compreender as políticas afirmativas de gênero existentes em ambos os países, bem como os mecanismos institucionais que têm facilitado o aumento da presença feminina no espaço político. Para a realização desse mapeamento, foram utilizadas ferramentas de pesquisa em bancos de dados canadenses, como a *Toronto Public Library (TPL)*, *York University Libraries* e *Government of Canada Publications*, assim como referências ruandesas extraídas de artigos sobre Ruanda, Genocídio, Mulheres e Política, além de obras produzidas por autoras ruandesas, incluindo romances, relatos de experiência e não-ficções — e dados provenientes da União Interparlamentar (2025).

Nesse percurso, destaca-se também a realização de encontros de orientação, tanto presenciais quanto remotos, que contribuíram para a definição das discussões, a compreensão dos conteúdos e a sistematização da redação. Cabe ressaltar ainda que, durante meus estudos na York University, cursei a disciplina Métodos e Metodologias Feministas, ministrada pela minha supervisora, a Professora Associada PhD Alison D. Crosby, a qual representou uma plataforma relevante de aprofundamento teórico-metodológico em abordagens feministas na pesquisa. Essas aulas tiveram impacto significativo não apenas em meu intercâmbio acadêmico, mas também na consolidação do presente trabalho e na elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado *Por Uma Equidade Política De Gênero: A Representação Parlamentar De Mulheres Na Reconstrução De Ruanda Após O Genocídio De 1994*.

No que se refere às principais referências canadenses utilizadas, destacam-se as obras *Women, Power and Political Representation: Canadian and Comparative Perspectives* (2019), de Elizabeth Goodyear-Grant et al., e *Women, Politics and Public Policy: The Political Struggles of Canadian Women* (2020), de Jacquetta Newman e Linda A. White. Esses trabalhos forneceram uma compreensão essencial do cenário político canadense, permitindo identificar, em um panorama inicial, as políticas públicas existentes nesse contexto. Já sob a perspectiva ruandesa, ressaltam-se obras como *A Mulher dos Pés Descalços* (2017), de Scholastique Mukasonga, e *Terrorized in Rwanda: Healed by Grace* (2018), de Anamaliya, que retratam tanto o desenvolvimento genocida em Ruanda quanto às formas de resistência e posicionamento das mulheres ruandesas diante do conflito.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma vez que o presente trabalho almejou principalmente a construção de uma análise comparativa da composição de mulheres nos Parlamentos de Ruanda e Canadá e suas relações com a Agenda 2030 e o ODS 5, foram traçados alguns objetivos auxiliares de investigação como a) compreender os impactos das políticas e programas em Ruanda e no Canadá destinados a

promover a participação das mulheres na política; b) identificar quais são os movimentos de mulheres que se destacam no engajamento e na promoção da participação feminina nos parlamentos de Ruanda e Canadá; c) investigar os mecanismos políticos institucionais que facilitaram o aumento da representação política das mulheres nos parlamentos de Ruanda e Canadá, com foco na implementação de políticas de equidade de gênero; Além disso, estabeleceu-se um objetivo complementar de mapear autorias em ambos os países, que discutissem estudos de gênero principalmente na política, e no caso de Ruanda, sobre o genocídio de 1994 e seus desdobramentos.

Levando em consideração este propósito, primeiro foi elaborado um mapeamento inicial de autorias que abrange nove escritoras ruandesas e oito canadenses, a fim de construir um referencial basilar da pesquisa, especialmente de autorias ruandesas que não estão tanto em evidência quanto de autorias canadenses. Sendo assim, as ruandesas incluem Scholastique Mukasonga, Anamaliya, Maggy Corrêa, Immaculée Ilibagiza, Yolande Mukagasana, Clemantine Wamariya, Beata Umubyeyi Mairesse, Louise Mushikiwabo e Marie Beatrice Umutesi, além da nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí, cuja contribuição é relevante para o debate, embora não seja ruandesa. Outrossim, dentre as autoras canadenses, destacam-se Sylvia B. Bashevkin, Jill Vickers, Linda Trimble, Alison D. Crosby, Jacquetta Newman, Yasmin Jiwani, Chandra Talpade Mohanty e Pauline L. Rankin. Sendo assim, a seguir foram organizadas em um mosaico (Figura 1) as principais obras dessas escritoras que foram utilizadas neste trabalho.

Figura 1 - Mosaico Mapa de Autorias de Ruanda e Canadá



Fonte: Diversas
Org.: As autoras

A escolha por reunir e evidenciar essas autorias busca, sobretudo, tensionar a assimetria existente na produção acadêmica e literária, na qual obras do Norte Global, em especial as canadenses, tendem a ter maior visibilidade e circulação. Em contrapartida, produções oriundas do Sul Global, notadamente de mulheres ruandesas, frequentemente permanecem marginalizadas, apesar de sua profunda relevância para os estudos de gênero, política e memória. No caso de Ruanda, muitas dessas autoras emergem a partir de um contexto de resistência e de reconstrução identitária após o genocídio de 1994, utilizando a literatura, o testemunho e a escrita como formas de elaborar a memória coletiva e reivindicar espaço político e social. Assim, ao incorporar essas vozes, este trabalho não apenas amplia o referencial bibliográfico, mas também valoriza a potência da produção intelectual e literária ruandesa, ressaltando sua contribuição singular para a compreensão da presença e da atuação das mulheres na política contemporânea.

A partir desse mapeamento de autorias e da valorização de diferentes produções intelectuais, torna-se possível identificar algumas obras centrais para compreender a inserção e a participação das mulheres na política do Canadá e de Ruanda. Com isso, o Quadro 1 apresenta uma seleção de referências que sintetiza os principais aportes teóricos e analíticos de cada contexto, permitindo observar tanto os obstáculos quanto os mecanismos institucionais que moldaram o caminho das mulheres em direção à representação política.

Quadro 1 - Obras para compreender a participação das mulheres nas políticas do Canadá e Ruanda

Ano	Título	Autoria	Principais Contribuições
CANADÁ			
1991	Women in Canadian Politics: Toward Equity in Representation	Kathy Megyery	Aponta a necessidade de reformas estruturais e políticas afirmativas para reduzir o déficit de mulheres na política canadense.
1998	Women and Political Representation in Canada	Caroline Andrew Manon Tremblay	Mostra como a sub-representação feminina no parlamento canadense está ligada a barreiras institucionais e culturais persistentes.
2011	Gender, Politics and Institutions: Towards a Feminist Institutionalism	Mona Lena Krook Fiona Mackay	Oferece ferramentas analíticas para entender como as regras institucionais produzem desigualdades de gênero na representação política.
2021	Women, Power, and Political Representation: Canadian and Comparative Perspectives	Org. por Roosmarijn De Geus <i>et. al.</i>	Destaca avanços recentes no Canadá, mas evidencia que a paridade política ainda depende de mecanismos institucionais mais robustos.

RUANDA			
2001	Women and Civil War: Impact, Organizations, and Action	Krishna Kumar	Mostra como os conflitos civis reconfiguram papéis sociais e criam condições para maior participação política das mulheres.
2015	Mobilizing Transnational Gender Politics in Post-Genocide Rwanda	Rirhandu Mageza-Barthel	Examina como redes transnacionais de gênero fortaleceram políticas afirmativas em Ruanda, impulsionando a presença feminina em espaços institucionais.
2016	Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss	Naleli Mpho Soledad Morojele	Discute conquistas e contradições da liderança política feminina em Ruanda, ressaltando os desafios de sustentar ganhos de representatividade.
2017	Rwandan Women Rising	Swanee Hunt	Evidencia como a mobilização feminina após o genocídio foi decisiva para transformar Ruanda em líder mundial na presença de mulheres no parlamento.
2019	Rwanda Since 1994: Stories of Change	Hannah Grayson Nicki Hitchcott	Analisa narrativas de reconstrução nacional e destaca como as mulheres se tornaram protagonistas na vida política pós-genocídio.

Fonte: Diversas

Org.: As autoras

Ao reunir essas contribuições, observa-se que, apesar das diferenças históricas e contextuais entre Canadá e Ruanda, ambos os países enfrentaram barreiras estruturais à plena inclusão das mulheres na política, mas também desenvolveram estratégias de resistência e inovação que ampliaram sua representação. A partir dessa base teórica e histórica, torna-se possível avançar para a análise dos mecanismos institucionais e das políticas afirmativas que sustentam a participação feminina nos parlamentos de cada país.

A análise comparativa da participação política das mulheres em Ruanda e no Canadá exige a consideração dos marcos legais e institucionais que sustentaram seus avanços. Em Ruanda, a construção de um arcabouço normativo voltado à igualdade de gênero foi impulsionada, em grande parte, pela reconstrução nacional pós-genocídio de 1994. Dessa forma, destacam-se medidas como o Plano de Estratégia Nacional (2002), que alinhou o país aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e a criação em 1996 do Fórum Parlamentar Ruandês (FFRP), responsável pela proposição da cota de 30% para mulheres, posteriormente incorporada à Constituição de 2003¹.

¹ Capítulo III. Princípios Fundamentais E Soluções Internas

Artigo 10. Princípios fundamentais. O Estado de Ruanda compromete-se a defender os seguintes princípios fundamentais e a garantir o seu respeito: 4º construir um Estado de direito, um Governo democrático pluralista, igualdade de todos os ruandeses e entre homens e mulheres, que seja afirmada por mulheres que

Essa política afirmativa foi reforçada pela Política Nacional de Gênero (2004), pela Lei de Paridade de Gênero, que garante representação mínima feminina em cargos políticos, e pela atuação do Ministério do Gênero e Promoção Familiar (MIGEPF) e dos Conselhos de Mulheres, ambos fundamentais para a institucionalização da agenda de igualdade (Ministry of Gender and Family Promotion, 2021). Outras medidas relevantes incluem a Lei sobre Violência de Gênero (2009), que inovou ao tipificar diferentes formas de violência e propor punições específicas; o Gabinete de Monitoramento de Gênero (2009) (Gender Monitoring Office, 2025), que acompanha a implementação de políticas; e o Fórum das Mulheres Parlamentares (2013), espaço de articulação entre legisladoras para fortalecer a agenda de gênero.

No Canadá, por sua vez, a trajetória das políticas de gênero se desenvolveu em meio a uma democracia consolidada, com forte ênfase na integração da perspectiva de gênero em programas e políticas públicas. Um dos primeiros marcos foi a criação do Departamento de Mulheres do Desenvolvimento de Recursos Humanos do Canadá (1954), seguida pelo Status das Mulheres no Canadá (1976), hoje parte do Departamento de Mulheres e Igualdade de Gênero do Canadá (WAGE), responsável por financiar iniciativas e coordenar a Análise de Gênero Plus (Gender-Based Analysis Plus - GBA Plus) em nível federal.

A partir do Plano Federal para Igualdade de Gênero (1995), a análise de impacto de gênero tornou-se requisito para todos os departamentos do governo, complementada pela atuação da Divisão de Igualdade de Gênero da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA). Mais recentemente, destacam-se políticas como Política Feminista de Assistência Internacional (FIAP) (2017), o Plano Federal de Ação 2SLGBTQI+ (2022) e o Plano Nacional de Ação para Acabar com a Violência de Gênero criado em 2022, este último constituindo um marco essencial por estabelecer um quadro coordenado de ações entre os níveis federal, provinciais e territoriais, garantindo respostas mais consistentes e abrangentes ao enfrentamento da violência de gênero (Canadá, [s.d.]).

Se, por um lado, os mecanismos institucionais e governamentais de Ruanda e do Canadá representaram marcos essenciais para a promoção da igualdade de gênero, por outro, tais avanços só foram possíveis em articulação com movimentos e organizações da sociedade civil. Concomitantemente, esses espaços de mobilização feminista foram fundamentais tanto para pressionar a adoção de políticas públicas quanto para garantir sua efetividade, criando redes de apoio e formação política para mulheres em ambos os países.

ocupem pelo menos trinta por cento (30%) dos cargos nos órgãos de decisão (Constituição de Ruanda, 2015).

Em Ruanda, organizações como a Pro-Femmes Twese Hamwe (1992) e a HAGURUKA (1991) foram decisivas na promoção da paz e da igualdade de gênero no período pós-genocídio, ampliando o acesso das mulheres à justiça e à política. Além disso, a Rede de Mulheres de Ruanda (1997) e o Conselho Nacional de Mulheres (1996) atuaram no empoderamento econômico e na mobilização comunitária, enquanto o Fórum Parlamentar de Mulheres de Ruanda (Rwanda Women Parliamentary Forum – FFRP, 1996) e a Rede de Mulheres Líderes de Ruanda consolidaram a presença feminina nos espaços institucionais e de liderança, assegurando a tradução das demandas sociais em legislação sensível ao gênero.

No Canadá, iniciativas como o Comitê Nacional de Ação sobre a Situação das Mulheres (1971–2007) e a Associação das Mulheres Nativas do Canadá (1974–presente) marcaram a luta por representatividade, incluindo pautas indígenas. Já o Canadian Women Voters (1999) e a Equal Voice (2001) têm papel direto na formação e capacitação de candidatas. Organizações como a Aliança Feminista Canadense para a Ação Internacional (FAFIA) e a Rede Canadense de Pesquisa sobre Mulheres, Paz e Segurança fortalecem a inserção de gênero em políticas nacionais e internacionais, enquanto a Fundação Canadense para Mulheres (1991) e a DAWN Canadá expandem a representatividade de grupos marginalizados, apoiando mulheres em condições de exclusão política.

Assim, é possível perceber que, embora em Ruanda e no Canadá os movimentos sociais de mulheres tenham se organizado em momentos históricos distintos, ambos foram fundamentais para a estruturação de políticas públicas e mecanismos institucionais de enfrentamento à violência de gênero. Em Ruanda, a mobilização esteve diretamente vinculada ao contexto de reconstrução nacional no pós-genocídio, no qual as mulheres assumiram papéis centrais na vida política e social, pressionando pela institucionalização de seus direitos em um cenário de urgência.

Já no Canadá, esse processo foi mais conectado à ampliação democrática, ao reconhecimento da diversidade cultural e à consolidação do multiculturalismo como valor político, o que permitiu que as demandas feministas fossem incorporadas em marcos legais e programas estatais de forma gradual, mas consistente. Essa diferença histórica ajuda a compreender como trajetórias distintas podem convergir na criação de políticas e mecanismos robustos para o enfrentamento da violência de gênero.

Nesse sentido, os avanços em Ruanda e no Canadá não se limitam à criação de mecanismos institucionais ou à atuação de movimentos sociais: ambos os países também incorporaram políticas afirmativas de gênero que refletem compromissos com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 da Agenda 2030. Em Ruanda, a legislação de paridade e os órgãos de monitoramento consolidam a presença feminina na política, enquanto no Canadá, programas como o Gender-based Analysis Plus, aliados a iniciativas da sociedade civil,

promovem a inclusão e capacitação de mulheres em espaços de decisão (Government of Canada, 2025). Essa articulação evidencia como estratégias distintas, vinculadas à reconstrução pós-conflito em Ruanda e à consolidação democrática no Canadá, convergem na construção de uma representação política mais equitativa.

Para encerrar esta seção, é importante destacar a experiência vivenciada durante meu intercâmbio na York University, no Canadá, por meio do programa ELAP, que funcionou como um estudo de campo para observar a participação política feminina em um contexto norte-americano consolidado, que me proporcionou uma ampliação de visão que auxiliou tanto o desenvolvimento dessa presente pesquisa quanto do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Como mulher negra, pude perceber de forma direta tanto a presença quanto as limitações da diversidade e da representatividade nos espaços acadêmicos e sociais. Com isso, durante o intercâmbio pude observar a participação de estudantes africanas e negras na York University, organizada por associações como a African Students' Association, a Nigerian Students' Association e a Black Women Bridging Borders, que me levou a compreender, por exemplo, como redes de apoio e mobilização comunitária podem ampliar oportunidades e fortalecer a representatividade de grupos historicamente marginalizados.

Ao mesmo tempo, durante o mapeamento de bibliografias para minha pesquisa na York University, percebi a escassez de autoras africanas referenciadas em obras acadêmicas canadenses. Esse apagamento reforça a centralização do conhecimento no Norte Global e perpetua uma visão limitada sobre gênero, raça e políticas públicas, desconsiderando as contribuições de outros contextos sociopolíticos. Tornou-se, portanto, essencial questionar essas ausências e buscar alternativas que integrem efetivamente as vozes do Sul Global, garantindo uma perspectiva mais equitativa e representativa no debate acadêmico.

Em síntese, essa vivência reforçou a análise comparativa realizada na pesquisa intitulada "Intersectionality and Gender-Based Political Violence in Women's Representation: A Comparative Analysis of Brazil and Canada", ao evidenciar que, mesmo em contextos com políticas afirmativas e programas de incentivo à participação feminina, como o Canadá, barreiras estruturais e sociais persistem. A observação do funcionamento de políticas públicas, mecanismos institucionais e da atuação de movimentos feministas em Toronto permitiu compreender melhor como esses fatores interagem na promoção da igualdade de gênero, aproximando o conhecimento teórico das práticas concretas. Assim, a experiência de campo complementa e valida as análises sobre Ruanda e Canadá, destacando que, embora os contextos históricos sejam distintos, ambos os países dependem da articulação entre políticas institucionais e mobilização da sociedade civil para assegurar a presença efetiva das mulheres nos parlamentos e nos processos políticos e decisórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar comparativamente a participação das mulheres nos parlamentos de Ruanda e Canadá, relacionando-a ao cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 – Igualdade de Gênero, da Agenda 2030. Neste sentido, ao longo da pesquisa, buscou-se evidenciar que, embora os dois países apresentem contextos históricos e sociopolíticos distintos, ambos avançaram por meio da articulação entre políticas institucionais e mobilização da sociedade civil, ainda que de formas diversas.

Em Ruanda, a reconstrução pós-genocídio impulsionou a criação de um robusto arcabouço jurídico e político de igualdade de gênero, refletido na consolidação de uma das maiores taxas mundiais de representação feminina no parlamento. Já no Canadá, a trajetória esteve vinculada a um processo gradual de fortalecimento democrático e multicultural, no qual políticas públicas e iniciativas da sociedade civil se complementaram na promoção da equidade de gênero.

A análise também destacou o papel essencial dos movimentos de mulheres nos dois países, seja na pressão pela implementação de políticas de paridade em Ruanda, seja na ampliação das pautas de diversidade e representatividade no Canadá. Ainda assim, verificou-se que a igualdade numérica não elimina as barreiras estruturais, uma vez que a violência política de gênero e a sub-representação de grupos racializados permanecem como desafios centrais.

Ainda, a vivência acadêmica no Canadá acrescentou uma dimensão prática à pesquisa, permitindo observar como políticas afirmativas e redes de apoio comunitário impactam a experiência de mulheres negras e migrantes em espaços institucionais. Essa experiência também evidenciou o apagamento persistente de autoras africanas nos debates acadêmicos canadenses, reforçando a necessidade de integrar vozes do Sul Global na produção de conhecimento sobre gênero e política.

Conclui-se que tanto Ruanda quanto o Canadá demonstram que avanços em igualdade de gênero exigem a convergência entre marcos legais, políticas públicas e ação da sociedade civil. No entanto, para que o ODS 5 seja plenamente alcançado, é indispensável superar as desigualdades estruturais e ampliar a representatividade substantiva, garantindo que a presença feminina nos parlamentos se traduza em transformações efetivas nas políticas públicas e na vida cotidiana das mulheres.

Todavia, para pensar as políticas afirmativas de gênero, cujos espectros feministas nos parlamentos possam ser faróis para pensar, não apenas a política menos violenta para as mulheres, mas para repensar um mundo político pensado majoritariamente por homens, cujas principais características são: guerras, conflitos, genocídios, impasses, não consensos, desfiles e desafios de mostras bélicas, Ruanda de fato se destaca. Se destaca pela reerguer, mas por um reerguer

pensando, constituído e construído pelos sujeitos que se tentaram destruir – as mulheres. Há de se refletir que se as mulheres construíssem a política a partir do revanchismo, ou sob o mesmo *modus operandi* masculino, haveria um total aniquilamento desses que “ainda são algozes”. Esperançosamente, Ruanda nos doa a reflexão de que uma outra política é possível, um outro mundo é possível e isso, passa, exclusivamente pelas mãos das mulheres... africanas.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à Universidade Federal do Tocantins pela oportunidade de conduzir esta pesquisa. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro concedido. À Professora Dra. Gleys Ially Ramos, pela orientação atenciosa e fundamental ao desenvolvimento deste trabalho. Agradeço, ainda, ao Global Affairs Canada pelo apoio financeiro e pela oportunidade de realizar pesquisa na York University, por meio do programa Emerging Leaders in the Americas Program (ELAP).

REFERÊNCIAS

ANAMALIYA. Terrorized in Rwanda: Healed by Grace. Independently Published, 2018. ISBN 978-1982984014.

ANDREW, Caroline; TREMBLAY, Manon (org.). Women and Political Representation in Canada. Ottawa: University of Ottawa Press, 1998.

CANADÁ. Government of Canada. National Action Plan on Gender-based Violence – In Brief. Disponível em: <<https://www.canada.ca/content/dam/wage-fegc/documents/gbv/National%20Action%20Plan%20o n%20Gender-based%20Violence%20-%20In%20Brief%20-%20English.pdf>>. Acesso em: 1º set. 2025.

Canada - OECD member. Sustainable Development Report, 2023. Disponível em: <<https://dashboards.sdindex.org/profiles/canada>>. Acesso em: 20 ago 2025.

DE GEUS, Roosmarijn; GOODYEAR-GRANT, Elizabeth; THOMAS, Melanee; TOSSUTTI, L.Natalie (org.). Women, Power, and Political Representation: Canadian and Comparative Perspectives. Toronto: University of Toronto Press, 2021.

GENDER MONITORING OFFICE (Ruanda). Página oficial do Gender Monitoring Office, 2025. Disponível em: <https://www.gmo.gov.rw/> Acesso em: 15 ago. 2025.

GOODYEAR-GRANT, Elizabeth et al. (Ed.). Women, Power and Political Representation: Canadian and Comparative Perspectives. Toronto: University of Toronto Press, 2019.

GRAYSON, Hannah; HITCHCOTT, Nicki (org.). Rwanda Since 1994: Stories of Change. Liverpool: Liverpool University Press, 2019.

GOVERNMENT OF CANADA. Gender-based Analysis Plus (GBA Plus). Women and Gender Equality Canada. Modificado em: 21 fev. 2025. Disponível em:

<https://www.canada.ca/en/women-gender-equality/gender-based-analysis-plus.html> Acesso em: 12 ago. 2025.

HUNT, Swanee. *Rwandan Women Rising*. Durham: Duke University Press, 2017.

KROOK, M. L.; SANÍN, J. R. Gender and political violence in Latin America: Concepts, debates, and solutions. *Política y Gobierno*, v. 23, n. 1, p. 131, 2016. Disponível em: https://mlkrook.org/pdf/pyg_2016.pdf Acesso em: 22 ago. 2025.

KROOK, Mona Lena; MACKAY, Fiona (org.). *Gender, Politics and Institutions: Towards a Feminist Institutionalism*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

KUMAR, Krishna (org.). *Women and Civil War: Impact, Organizations, and Action*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2001.

MAGEZA-BARTHEL, Rirhandu. *Mobilizing Transnational Gender Politics in Post-Genocide Rwanda*. Farnham: Ashgate, 2015.

MEGYERY, Kathy (org.). *Women in Canadian Politics: Toward Equity in Representation*. Toronto: Dundurn Press, 1991.

MINISTRY OF GENDER AND FAMILY PROMOTION (RWANDA). *Revised National Gender Policy: accelerating the effectiveness of gender mainstreaming and accountability for national transformation*. Kigali: MIGEPROF, 2021. Disponível em: https://www.migeprof.gov.rw/fileadmin/user_upload/Migeprof/Publications/Guidelines/Revised_National_Gender_Policy-2021.pdf Acesso em: 22 ago. 2025.

MOROJELE, Naleli Mpho Soledad. *Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss*. Cham: Palgrave Macmillan, 2016.

MUKASONGA, Scholastique. *A mulher dos pés descalços* Editora Nós, 2017, p. 1-88. ISBN: 978-85-69020-18-9.

NEWMAN, Jacquetta; WHIT, Linda A. *Women, Politics and Public Policy: The Political Struggles of Canadian Women*. 3. ed. Toronto: Oxford University Press, 2020.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 268-284, 2001a.

PHILLIPS, Anne. *The Politics of Presence*. Oxford: Oxford University Press, 1998b.

PHILLIPS, Anne. *Feminism and Politics*. Oxford: Oxford University Press, 1998c.

Rwanda Datasets. International Monetary Fund (IMF), 2024. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/profile/RWA> Acesso em: 15 ago. 2025.

Rwanda - Sub-Saharan Africa. *Sustainable Development Report*, 2023. Disponível em: <https://dashboards.sdgindex.org/profiles/rwanda> Acesso em: 17 ago. 2025.

UNIÃO INTERPARLAMENTAR. *Monthly ranking of women in national parliaments*. Disponível em: https://data.ipu.org/women-ranking/?date_year=2025&date_month=08 Acesso em: 18 ago. 2025.